

A crítica literária Brasileira e o Grande Sertão: Veredas

Danielle Corpas - (doutoranda em Ciência da Literatura, Teoria Literária,
UFRJ)

Resumo

O trabalho procura especificar o campo de problemas, objetivos, metodologia e corpus de uma tese de doutorado sobre a crítica literária brasileira acerca do Grande sertão: veredas. Observando elisões e continuidades no encaminhamento do debate a respeito do romance, na passagem de uma geração de críticos a outra, pretende-se discutir certas peculiaridades da prática crítica recente no Brasil e distinguir questões de longo alcance sobre o livro de Guimarães Rosa que permaneçam em aberto. Em síntese, o escopo da pesquisa consiste na análise crítica de uma seleção de interpretações do Grande sertão: veredas – aquelas que, seja diretamente, seja pela negativa, seja subliminarmente, apontam para correlações de ordem formal entre a obra literária e a experiência social brasileira.

As afirmações mais freqüentes na fortuna crítica do *Grande sertão: veredas* levam a crer que a avaliação, praticamente consensual, de que o romance de Guimarães Rosa é uma obra-prima se justifica pelo seguinte conjunto de atributos: a inventividade da criação lingüística, a maestria com que diversas técnicas narrativas se conjugam na construção de um enredo cativante, o engenho na articulação de signos de caráter filosófico, esotérico ou religioso, a abrangência dos tópicos referentes à condição humana contemplados no texto e também a pertinência das alegorias da história brasileira existentes nele. O modo próprio como se formalizam esteticamente, no romance como um todo, aspectos mais ou menos sutis da experiência brasileira encontra-se atualmente em plano rebaixado na escala das qualidades do livro, que tende a ser elogiado mais pela excelência técnica na elaboração do texto literário ou por funcionar como espécie de manual de filosofia de vida – guia cifrado de ensinamentos que ajudariam os leitores a melhorar sua *performance* na relação com o Cosmos ou na solução de questões éticas e metafísicas.

Três ensaios da década de 90 que apresentam juízos sobre a fortuna crítica do romance de Guimarães Rosa constituem boa amostra de uma polêmica subliminar acerca do estágio atual dos estudos sobre o *Grande sertão: veredas*.

O primeiro ensaio é o de Benedito Nunes, “De *Sagarana* a *Grande sertão: veredas*”, de 1996, que considera satisfatória a situação contemporânea das reflexões sobre o livro. Distingue duas “fases” na história da interpretação das três primeiras obras de Rosa: a primeira, filológica, lingüística, histórico-literária e sociológica, vai até o fim dos anos 60, a segunda, hermenêutica, foi, nas palavras de Nunes, “possibilitada pela ampliação que o enfoque antropológico e psicanalítico do entendimento da literatura proporcionou” a partir do início dos anos 70. Para o filósofo, uma vez alcançada essa etapa, que considera um progresso no conhecimento dos textos, o que caberia fazer, daí por diante, seria apenas explorar sua “pluralidade de sentido”, inesgotável manancial que a obra de Rosa, como toda grande criação estética, oferece aos seus intérpretes. Benedito Nunes contenta-se com o seguinte: “a possibilidade de a interpretarmos sempre renovadamente, como se ela tivesse aparecido hoje e a lêssemos pela primeira vez”. Ele não reclama nem propõe um programa crítico que contemple aspectos dos textos cuja

importância venha sendo subestimada, não vê nenhum problema na atual orientação dos estudos rosianos. Isso porque parte do pressuposto de que o principal feito do escritor foi ter convertido a ficção em “meio de depuração religiosa do homem, graças ao efeito anagógico sobre o leitor da narrativa poeticamente trabalhada, cuja linguagem, de ressonância contemplativa e de amplitude alegórica, eleva-o a um plano superior, metafísico”. Do seu ponto de vista, os “inúmeros trabalhos hermenêuticos, de explicitação aclaradora do sentido filosófico-religioso latente” desenvolvidos a partir da década de 70 são um ponto de chegada na cronologia da fortuna crítica rosiana.¹

Diametralmente oposta é a avaliação formulada por Willi Bolle nos ensaios “Grande sertão: cidades”, de 1994-95, e “O pacto no *Grande sertão* – esoterismo ou lei fundadora?”, de 1997-98. Também distribuindo a fortuna crítica do *Grande sertão: veredas* por linhas de abordagem do texto – mas sem a perspectiva evolutiva de Nunes –, Bolle distingue análises “estritamente formais”, “esotérico-metafísicas” e “histórico-sociológicas”. Sem negar a importância das informações “lingüísticas, estilísticas e estruturais” fornecidas pelos estudos integrantes do primeiro grupo (as análises “estritamente formais”), afirma que esses trabalhos não chegam a “decifrar no romance a dimensão da história a partir de categorias estéticas”. A seu ver, a tarefa de “compreensão do romance como um retrato do Brasil” raramente é cumprida. O crítico identifica, portanto, uma grande lacuna “histórico-sociológica” na fortuna crítica do *Grande sertão: veredas* e chama atenção para o fato de que esse problema foi agravado, nos anos 1990, pela hegemonia das “interpretações esotéricas e metafísicas”, as quais promovem, segundo Bolle, o “‘aniquilamento do éthos histórico’, que se tornou opinião corrente entre os leitores do romancista”. Propondo a inversão dessa tendência, o ensaísta sugere que se compreendam os signos esotérico-metafísicos à luz da história. De seu ponto de vista, a “compreensão do romance como um retrato do Brasil” constitui uma tarefa a ser cumprida pelos críticos, a matéria histórica, considerada como coisa de somenos por intérpretes

¹ Cf. NUNES, Benedito. De Sagarana a Grande sertão: veredas. Range Rede – Revista de literatura. Rio de Janeiro, nº 3, ano 4, verão de 1998, p. 68-79. (Republicado em Crivo de papel. São Paulo, Ática, 1998).

que se dedicam a decodificar a simbologia esotérico-metafísica, seria uma dimensão oculta da obra que precisa ser revelada. Bolle procura cumprir essa tarefa recorrendo aos termos da filosofia da história de Walter Benjamin e do paradigma de ordem social formulado por Rousseau.²

Já Luiz Antonio Pasta Jr., em “O romance de Rosa – temas do *Grande sertão* e do Brasil”, de 1998, toca num ponto nevrálgico: a dificuldade de se criticar efetivamente uma grande obra estética, diante da qual os intérpretes tendem a se colocar em atitude de reverência, enxergando “virtudes exclusivamente positivas” no universo ficcional criado, sem efetuar o “gesto de relativização” imprescindível à reflexão crítica. Willi Bolle já havia problematizado o tom excessivamente positivo com que o pacto com o Demônio é tratado nas leituras esotéricas do *Grande sertão: veredas*, que o apresentam como via de conhecimento das forças cósmicas. Há, porém, uma flagrante diferença de enfoque nas colocações de Bolle e Pasta. Bolle encara o problema da positivação sem ponderação apenas como decorrência das opções interpretativas ou das filiações teóricas de determinados críticos; Pasta identifica na própria obra a origem dessa característica de sua recepção. Procura demonstrar que a “estrutura de recepção” do texto se define pelo mesmo “princípio de hibridização” que constitui, a seu ver, a “fórmula de base” do livro – que seria a simultaneidade de distinção e indistinção entre pólos opostos, a qual, por sua vez, remete a uma “contradição de base”, espécie de enigma peculiar à história social brasileira: “a junção contraditória de formas de relações interpessoais e sociais que supõem a independência ou a autonomia do indivíduo e sua dependência pessoal direta”. Na avaliação de Pasta, o que está em jogo não é a existência ou não de uma carga significativa da experiência

² Cf. BOLLE, Willi. O pacto no Grande sertão – esoterismo ou lei fundadora?. Revista USP, nº 36, São Paulo, 1997-98. p. 26-44. Ver também, do mesmo autor, Grande sertão: cidades. Revista USP, nº 24, São Paulo, USP, dez./fev. 1994/95. p. 80-93.

nacional – que de antemão ele sugere estar implicada na configuração da obra – mas o que há para se pensar a respeito da forma como essa matéria se apresenta, ou se dissimula, no livro.³

Como se pode ver pela confrontação desses três ensaios contemporâneos, está em aberto o debate acerca dos rumos da crítica ao *Grande sertão: veredas* – e não há consenso a respeito da relação entre forma literária e processo social no romance.

De saída, é preciso deixar claro que o tipo de conjugação entre o literário e o social que interessa aqui depende de uma noção muito específica: a *idéia social de forma* que Roberto Schwarz identificou na prática ensaística de Antonio Candido. Operar criticamente com a idéia social de forma implica encarar os fenômenos estéticos e a vida material como âmbitos igualmente perpassados por *formas* – formas de linguagem, formas de pensar, formas de relacionamento entre indivíduos, formas que organizam a produção, a convivência, a representação etc. Dessa perspectiva, as correlações entre literatura e sociedade vão muito além do estereótipo de uma abordagem sociológica que rastreie no texto ficcional referências, metáforas ou alegorias da história ou das características de uma sociedade.⁴

No ensaio “Crítica e Sociologia”, já na década de 60, Antonio Candido preconizava que os elementos extra-literários que se fazem legíveis na literatura fossem considerados do ponto de vista interno. Nas suas palavras: “o traço social constatado é visto funcionando para formar a estrutura”; e, mais adiante: “os elementos de ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e a autonomia da obra”. Uma das grandes lições da ensaística de Candido, muito bem formulada em termos teóricos por Roberto Schwarz em seus estudos sobre os ensaios “Dialética da malandragem” e “De cortiço a cortiço”, é que se obtém o maior rendimento crítico, tanto na compreensão do

³ Cf. PASTA JR., José Antônio. Temas do Grande sertão e do Brasil. Novos Estudos CEBRAP, nº 55, São Paulo: CEBRAP, novembro de 1999.

⁴ Ver SCHWARZ, Roberto. Adequação nacional e originalidade crítica. In: Sequências brasileiras. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

texto literário quanto da sociedade, quando o “traço social”, os “elementos de ordem social” em questão também são tomados como formas.⁵

Dessa perspectiva defini o *corpus* de uma pesquisa de doutorado que consiste na análise crítica de uma seleção de interpretações do *Grande sertão: veredas* – aquelas que, seja diretamente, seja pela negativa, seja subliminarmente, apontam para correlações de ordem formal entre a obra literária e a experiência social brasileira. A idéia social de forma é o prisma que confere unidade a um conjunto de leituras heterogêneo, que reúne observações sobre a criação lingüística e a construção da narrativa, resenhas que esquadrinham referências do sertão real no sertão ficcional, decodificações do ideário e da simbologia subjacente aos personagens e cenas. Todos os níveis da composição literária podem participar da configuração que assumem no texto as formas da vida social. Por isso, a princípio, qualquer que seja o aspecto da obra priorizado pelo intérprete – e ainda que a relação entre literatura e sociedade não esteja no horizonte de suas preocupações – pode haver algo na análise que contribua para a compreensão da imbricação entre as formas literárias e sociais.

Quanto aos objetivos, há três nesse trabalho.

O primeiro, imediato, consiste em sumariar um acúmulo crítico que se encontra disperso no vasto e multifacetado conjunto de leituras do *Grande sertão: veredas*. Sabemos que a coexistência ou sucessão apaziguada de diferentes métodos de interpretação e avaliação, sem hierarquização entre o alcance crítico das proposições específicas a que conduzem, é circunstância facilmente observável em qualquer campo da atividade intelectual no Brasil, resultado da importação de modelos teóricos da Europa e dos Estados Unidos. Em relação ao livro de Rosa, fica ainda mais confortável a aplicação de quaisquer teorias ou conceitos ao texto ficcional, porque consolidou-se um lugar-comum, constantemente reafirmado, segundo o qual o próprio romance demandaria a dispersão por inúmeras “veredas” de interpretação. Desse ponto de vista, o nivelamento das diferentes perspectivas de leitura não é posto como questão a

⁵ Cf. Antonio Candido, *Crítica e Sociologia*. In: *Literatura e sociedade*. 8ª ed. São Paulo, T. A. Queiroz/Publifolha, 2000. p. 5-16.

ser discutida, e sim tido como resposta necessária às solicitações de uma obra-prima em que se entrecruzam planos de significação de diversas ordens. *Grosso modo*: é como se todas as hipóteses fossem igualmente válidas já que há de tudo no *Grande sertão*; assim, um certo valeduto da crítica estaria de antemão autorizado na obra. Em meio às tantas possibilidades de interpretação propostas para o romance, o modo como se formalizam esteticamente aspectos mais ou menos sutis da experiência brasileira permanece em plano rebaixado na escala de importância dos tópicos de crítica, e me parece que a melhor maneira de evidenciar a relevância desse debate é rever os argumentos já enunciados ou sugeridos.

A segunda intenção com essa pesquisa é justamente esclarecer certos aspectos da lógica que rege o trabalho de crítica literária no Brasil nas últimas cinco décadas, a partir dessa amostra significativa que são os estudos sobre o *Grande sertão: veredas*. E a terceira – talvez menos intenção do que pretensão – é que a sumarização de comentários referentes à relação entre formas literárias e sociais no texto de Guimarães Rosa e os esclarecimentos sobre a dinâmica da crítica literária no Brasil venham a instigar novos intérpretes do romance a aproveitar a potência de certos achados para refletir sobre as peculiaridades da configuração da obra e da singular carga de experiência manifesta nela.

Tais propósitos foram, em boa parte, inspirados pelo ensaio “Nacional por subtração”, de Roberto Schwarz, que reflete sobre o fato de o enfrentamento de problemas cruciais da experiência brasileira ser entravado na dinâmica da atividade crítica. Por uma série de razões que têm suas raízes na ordem social do país, tornou-se regra histórica o preterimento de hipóteses e conclusões propostas num momento para que se coloquem em evidência novas hipóteses e conclusões. É uma bola de neve em que se assimila ou se descarta muita coisa sem a devida ponderação, e a gente acaba sem ter noção do alcance dos avanços, do que está implicado nos equívocos, da profundidade das questões em aberto. Essa descontinuidade da reflexão, nas palavras de Schwarz, dificulta a “constituição de um campo de problemas com

inserção e duração históricas próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante”.⁶

No caso do *Grande sertão: veredas*, depois de quase cinquenta anos de intenso esforço interpretativo, o que parece restar hoje para o senso comum do público leitor é uma imagem de obra-prima meio asséptica, imune aos percalços da nossa vida material, votada às grandes questões do Cosmos, da Humanidade ou da Civilização. E, no entanto, desde os primeiros comentários a respeito do livro, vêm sendo elaboradas formulações férteis para o debate que conjugue sua forma literária ao processo social brasileiro, algumas delas muito bem desenvolvidas e até bastante diretas na evidenciação dessas relações. Um bom exemplo é a discussão sobre o contexto da República Velha, iniciada com as críticas inaugurais de M. Cavalcanti Proença e Antonio Candido, presente numa tese de Walnice Nogueira Galvão que marcou época, retomada recentemente por Heloísa Starling, por vários pesquisadores da USP (Willi Bolle, Davi Arrigucci Jr., Antonio Pasta Jr., Luiz de Aguirra Roncari) e até por intérpretes como Kathrin Rosenfield, que refuta terminantemente a hipótese de que o dado histórico-social seja relevante para a crítica do *Grande sertão: veredas*.

Enfim, trata-se de um acúmulo crítico marcado pela descontinuidade, que não se encontra sistematizado – mas existe, digamos, como virtualidade. Minha hipótese central é que, em meio à descontinuidade da reflexão na recepção do *Grande sertão: veredas*, subjazem resultados que favorecem a continuidade naquela “constituição de um campo de problemas com inserção e duração históricas próprias, que recolha as forças em presença e solicite o passo adiante” reclamado por Roberto Schwarz em “Nacional por subtração”.

Na tentativa de reconstituir esse debate, evidenciando o alcance de seus resultados e avaliando a extensão das lacunas abertas entre argumentações de diferentes autores, tracei um roteiro de pesquisa organizado cronologicamente. Na linha do tempo, ressaltam-se os significados e os resultados dos encaminhamentos e das elisões de determinados juízos. Procuro entender qual a razão do descarte de certos achados interpretativos precedentes, da eleição de

⁶ Roberto Schwarz, Nacional por subtração. In: Que horas são?. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

outros; que motivações extratextuais estão por trás de cada escolha; o que significam tais escolhas do ponto de vista do contexto histórico em que se efetuaram; que papel desempenharam na definição do direcionamento posterior da atividade crítica.

Para responder a essas questões seria pouco útil adotar a lógica de “famílias” ou “escolas” ou “linhas de interpretação”, distribuindo os textos críticos segundo sua fundamentação teórica. Dadas as finalidades dessa pesquisa, interessa menos a filiação intelectual de cada intérprete do que a peculiaridade de cada texto. O importante é ressaltar a potência de proposições que não vêm sendo devidamente aproveitadas pelos críticos para identificar os fatores que determinaram os rumos tomados pela discussão acerca do *Grande sertão: veredas*. Espero, assim, compreender como se estabeleceram, numa parcela representativa da crítica literária brasileira dos últimos cinquenta anos, traços de continuidade, às vezes tênues, que têm sido ou podem vir a ser o esteio de uma orientação reflexiva capaz de focar, na mesma visada, as *formas* peculiares da composição literária e da experiência histórica brasileira.